

# CAPACITAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

## Necessária articulação entre sociedade civil e órgão de tutela

Notícias Políticas, 19.03.2020, Pág. 08; Ed. 30. 937



António Tchamo faz a entrega simbólica da colectânea da legislação sobre descentralização ao presidente da AP de Maputo

AS organizações da sociedade civil têm a obrigação moral de articular com o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) na intenção de realizar formações dos membros das assembleias provinciais sobre matérias de governação descentralizada.

Este apelo foi feito ontem em Maputo pelo secretário permanente desta instituição do Estado, António Tchamo, na abertura do seminário de capacitação dos presidentes, vice-presidentes e funcionários das assembleias provinciais em matérias de organização e funcionamento destes órgãos. O evento, que decorre sob o lema “Por uma governação descentralizada, inclusiva e ao serviço do cidadão”,

visa conferir maior capacidade aos titulares para uma melhor gestão e busca de soluções aos problemas das comunidades, colocados no contexto da descentralização.

Tchamo referiu que as assembleias provinciais são instituições de representação política e democrática a este nível, bem como de fiscalização e controlo das actividades dos conselhos executivos.

Explicou que no quadro dos acordos alcançados ente o Governo e a Renamo para o estabelecimento da paz, a Assembleia da República aprovou a lei que permitiu a revisão pontual da Constituição da República, que transformou profundamente a organização e funcionamento dos órgãos a

nível local, particularmente as assembleias provinciais.

Na sequência, foi aprovado pelo Parlamento um pacote de leis de descentralização que inclui a Lei número 6/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal da organização, composição e funcionamento das assembleias provinciais.

Tchamo referiu-se às principais inovações contidas neste instrumento legal, nomeadamente a atribuição às assembleias provinciais de poderes regulamentares próprios de matérias integradas no quadro das suas atribuições, em conformidade com a Constituição da República.

“Neste contexto, face aos novos desafios das assembleias provinciais, esperamos contar

com o apoio de parceiros, na capacitação de diferentes actores a nível local, com destaque para os núcleos de conselhos executivos provinciais, conselhos provinciais de representação do Estado, bem como os administradores e directores dos serviços distritais, assistentes técnicos das assembleias provinciais e distritais, e dos outros órgãos de governação descentralizada”, disse.

A União Europeia, um dos financiadores do processo de descentralização em curso, reiterou a sua disponibilidade de continuar a apoiar o país na consolidação da democracia, através da abertura e inclusão de todos os actores na governação e na busca de soluções locais para os problemas dos cidadãos.

António Gaspar disse que o bloco continuará a cooperar com Moçambique, nas áreas económicas, sociais, de descentralização e boa governação em curso, pois tem estado a acompanhar atentamente os desafios do país em resposta a diferentes situações que ocorrem nestes domínios.

Para o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), promotora do evento, a cooperação com o Ministério da Administração Estatal e Função Pública deve continuar, resultando na promoção deste tipo de capacitação dos órgãos de governação descentralizada provincial, a fim de dotá-los de ferramentas para uma melhor gestão dos assuntos das comunidades locais e não só.